



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 2 N. 7 Julho de 2013

A Metamorfose do Sistema Capitalista e as Leis do Movimento do Capital

André Cutrim Carvalho

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 2 – N° 7 – Julho de 2013

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Nilo

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	7
2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA NO SÉCULO XIX	9
3. O CAPITALISMO CONCORRENCIAL	13
4. O CAPITALISMO MONOPOLISTA	14
5. O IMPERIALISMO E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	18
6. CAPITAL FINANCEIRO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	23
6.1. Globalização Financeira e a Crise do Subprime nos EUA	26
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

A Metamorfose do Sistema Capitalista e as Leis do Movimento do Capital

André Cutrim Carvalho¹

RESUMO: O modo de produção capitalista é hoje dominante em escala mundial. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XX, ele experimentou uma complexa evolução. Atualmente não se confronta com nenhum desafio externo á sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas). Por vezes, subordina modos de produção precedentes, ou seja, o modo de produção capitalista é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário. Dito isso, o objetivo do presente artigo é estruturar o longo processo de transição histórico-dialético do capitalismo, que perpassa pela acumulação primitiva, capitalismo concorrencial e monopolista, além de destacar o avanço imperialista pelo mundo, e a discussão de capital financeiro, procurando destacar os processos capitalistas de acumulação, de concentração e de centralização, o que Karl Marx chamou de leis do movimento do capital.

Palavras-chave: Modo de Produção Capitalista, transição do capitalismo, leis do movimento do capital.

The Process of Evolution of Capitalism and the Laws of Movement of Capital

ABSTRACT: The capitalist mode of production is dominant today worldwide. Since its consolidation in the transition from the eighteenth century to the twentieth, he experienced a complex evolution. Currently not confronted with any external challenge to its own dynamics: prevails in the economy of most developed societies (central) force and the economy of less developed societies (peripheral). Sometimes subordinates previous modes of production, ie the capitalist mode of production is dominant in all parts of the world, setting up as a planetary system. That said, the purpose of this article is to structure the long transition process historical-dialectic of capitalism that pervades the primitive accumulation, competitive capitalism and monopoly, besides highlighting the imperialist advance the world, and the discussion of financial capital, seeking to highlight the capitalist processes of accumulation, concentration and centralization, what Karl Marx called the laws of motion of capital.

Keywords: Capitalist Mode of Production, transition from capitalism, laws of motion of capital.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará – FACECON/UFPA. E-mail: andrecc83@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura discutir numa perspectiva histórica e de forma pontual, o processo de ascensão do capitalismo à sua etapa monopolista, além de destacar o avanço imperialista pelo mundo, bem como a discussão de capital financeiro e o processo de internacionalização do capital. De saída é preciso situar que este tema têm como contexto histórico o dominante modo de produção capitalista na grande maioria das formações sociais concretas, isto é, as economias nacionais.

O Modo de Produção Capitalista (MPC) é uma forma social de produção e reprodução não só de mercadorias para serem vendidas no mercado, mas também uma forma específica de relação social de produção que produz e reproduz, de um lado, a classe capitalista (burguesia) e, de outro, a classe proletária (assalariados). A classe burguesa é classe dominante e dirigente e a classe proletária dos assalariados é a classe dominada.

Para Marx e Engels (1987) a história do homem é a história da luta de classes. Ele diz “(...) toda a história da sociedade humana até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, patrão e assalariado, numa palavra, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns contra os outros, numa luta sem tréguas (...) que, de cada vez, terminou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição comum das classes em luta”.

Cada vez mais se divide a sociedade em dois grandes campos antagônicos, em duas grandes classes diametralmente opostas uma à outra, a burguesia e o proletariado. Marx e Engels reconheciam a importância da burguesia no aperfeiçoamento técnico, na melhoria dos meios de comunicação e na difusão dos produtos até as regiões mais distantes: “Ela (a burguesia) criou cidades colossais, aumentou muito a população urbana em relação à rural... durante pouco mais de cem anos em que se encontra no poder, ela criou forças produtivas colossais e mais sólidas do que todas as gerações anteriores juntas”.

Mas, apesar do papel revolucionário da burguesia no que tange à produção e à derrubada das monarquias absolutistas, o proletariado surgido do sistema fabril era

oprimido, vivendo em extrema penúria. O único meio de o proletariado superar essa situação seria pela tomada do poder, derrubando a burguesia via revolução. No capitalismo, os trabalhadores são alienados, economicamente explorados e os patrões obtêm o lucro através da mais-valia.

Marx (1985) ressalta, ainda, que o capitalismo tornou o trabalhador alienado, isto é, separou-o de seus meios de produção (suas terras, ferramentas, máquinas etc.). Estes passaram a pertencer à classe dominante: a burguesia. Desse modo, para poder sobreviver, o trabalhador é obrigado a alugar sua força de trabalho à classe burguesa, recebendo um salário por esse aluguel. Como há mais pessoas que empregos, ocasionando excesso de procura, o proletário tem de aceitar, pela sua força de trabalho, um valor estabelecido pelo seu patrão. Caso negue, achando que é pouca, a exploração, o patrão estala os dedos e milhares de outros aparecem em busca do emprego. Portanto, é aceitar ou morrer de fome.

Nesse contexto, o referido artigo foi estruturado em seis itens fundamentais para melhor compreender a evolução do MPC. São eles: 1º) o início de tudo: a acumulação primitiva; 2º) formação do sistema capitalista no século XIX; 3º) o capitalismo concorrencial; 4º) o capitalismo monopolista; 5º) Imperialismo e o processo de transnacionalização do capital; e, por fim, 6º) o Capital Financeiro e Internacionalização do Capital.

1. A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

O presente tópico trata do processo histórico chamado por Marx de acumulação primitiva que se encontra no Capítulo XXIV do Livro I, Volume I – Tomo 2, de O Capital de Karl Marx. A acumulação primitiva, denominada por Adam Smith de acumulação prévia ou originária, é um processo histórico precedente a acumulação capitalista, “uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”, lembra Marx (1984, Cap.XXIV, p. 261).

A acumulação primitiva, portanto, é um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, isto é, um processo que cria a relação capital-trabalho através da separação do trabalhador da propriedade dos seus meios de produção, um processo histórico que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A acumulação

primitiva aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde, quando a expropriação dos meios de produção do produto direto e a exploração forçada baseada na escravidão e no prolongamento forçado da jornada de trabalho.

A acumulação primitiva na Inglaterra, baseada na expropriação da terra do camponês, é a forma clássica. Porém, a história da acumulação primitiva assume “coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em diversas sequências e em diferentes épocas históricas”. (Marx, Idem, p.263). A expulsão dos camponeses de suas terras privadas e das terras de uso comum por meio dos *enclosures* (cercamentos) e dos *clearing of estates* (limpeza das propriedades) constituem os métodos mais violentos da acumulação primitiva usados na Inglaterra entre o século XV e o fim do século XVIII.

A legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV funcionou também como um instrumento da acumulação primitiva. De fato, como uma parte significativa dos trabalhadores livres não podiam ser absorvidos na mesma velocidade pela indústria manufatureira nascente, uma parte dessa população se transformou em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias, inclusive por não conseguirem se enquadrar rapidamente na disciplina da nova condição da manufatura.

Nesse contexto, “levará muito tempo para que a força da violência fosse substituída pela educação, tradição e costume e a classe trabalhadora livre reconhece as exigências e a disciplina do modo de produção capitalista”. (Marx, idem, p.275-279). Já a gênese do capitalista arrendatário na Inglaterra vem dos camponeses livres e dos pequenos artesões que enriqueceram por aproveitarem os benefícios da revolução agrícola, a expansão do mercado interno por alimentos e matérias-primas e a depreciação do dinheiro (resultante do constante aumento de todos os preços agrícolas) que reduziu os valores dos novos contratos de arrendamento e os salários dos trabalhadores do capitalista agrícola.

A gênese do capitalismo industrial não seguiu a trajetória do capitalista agrícola. Neste caso, apesar da importância do capital monetário formado pela usura e o comércio, a era da produção capitalista na Inglaterra tem origem na acumulação primitiva do século XVII, sobretudo o sistema colonial, o sistema da dívida pública, o comércio de escravos, o

moderno sistema tributário e o sistema protecionista, que proporcionou por métodos violentos uma massa de capital dinheiro suficiente para permitir o nascimento do capital industrial, já dizia Marx (idem, p. 285-292).

A tendência histórica da acumulação capitalista dependerá das leis imanentes desse modo de produção por meio da concentração e centralização dos capitais. Uma vez completada a história do modo de produção capitalista este será sucedido por um modo de produção superior quando os capitalistas agora serão os expropriados (Marx, idem, p.292-294).

2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA NO SÉCULO XIX

Para Karl Marx, a passagem histórica da fase da indústria manufatureira para a Indústria moderna tem como principal característica a produção de máquina por máquinas, ou seja, a indústria moderna representa o momento da constituição do chamado departamento produtor de bens de produção ou de bens de capital fixo. Segundo Marx (1998, p. 429) a maquinaria desenvolvida consiste de três partes básicas: o motor é a força motriz de todo o mecanismo, a transmissão (volantes, correias, polias, eixos, rodas dentadas, turbinas, barras, cabos, correntes, dispositivos e engrenagens das mais variadas espécies) que transmite o movimento para o terceiro elemento: a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. Para Melo (2009, p. 163):

Acompanha esse novo mecanismo da máquina uma nova forma de expropriação do trabalhador. De forma genérica, o que acontece na maquinaria e na indústria moderna é que as máquinas "roubam" a já parcelada virtuosidade do manejo das ferramentas que se dava na manufatura, resultando em uma expropriação radical da formação do trabalhador pelo capital. A virtuosidade do trabalhador é repassada para a máquina, eliminando-se o inconveniente da insubordinação dos trabalhadores e a dependência do capital em relação às habilidades deles. Todo o trabalho realizado anteriormente pelo trabalhador está objetivado na máquina-ferramenta.

O século XIX é o século da substituição do capitalismo comercial pelo capitalismo concorrencial, o qual passa a submeter o capital mercantil ao seu verdadeiro papel de comprar barato e vender caro, ou seja, se apropriar de parte da mais-valia do capital industrial. A origem do capitalismo industrial tem forte ligação com a Primeira Revolução Industrial. De acordo Hobsbawm (1978), o problema da origem da revolução industrial têm duas facetas: a revolução industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração do crescimento econômico que vem acompanhada de uma

revolução tecnológica e de transformações econômicas e sociais; em segundo lugar a revolução industrial não foi um fato único e pioneiro do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista inglês; em terceiro lugar, a revolução industrial inglesa permitiu a criação de uma economia mundial ao ampliar o comércio internacional entre os países europeus avançados e atrasados e com as economias coloniais.

A indústria de bens de consumo lidera o desempenho da fase industrialização originária. De fato, na primeira Revolução Industrial é a indústria têxtil que lidera – no século XVIII e começo do século XIX – o crescimento econômico inglês, como a principal economia da economia mundial. A divisão internacional do trabalho e a política de livre cambismo – tendo a libra como moeda universal – tornaram a Inglaterra uma potência econômica. Nesse contexto, a Inglaterra comprava do resto do mundo matérias-primas e alimentos e vendia produtos manufaturados para todos os países do mundo. Depois vem a segunda Revolução Industrial (1840-1895) marcada pela dominação da indústria pesada inglesa, mas logo depois ocorre o processo de industrialização dos países retardatários. Este processo ocorre em duas grandes “ondas”: 1ª) entre 1840-1870, industrializam-se a França, Alemanha e os EUA; 2ª) depois de 1870, a Itália, Rússia e Japão.

Os países da primeira onda de industrialização tardia (EUA, Alemanha e França) passaram a competir com a Inglaterra e o ciclo da indústria têxtil depois de ter atingido o seu apogeu entra em declínio. A era da crise da indústria têxtil foi à era da chegada do carvão mineral e do ferro: a era da construção ferroviária. No começo, a demanda por locomotivas e vagões por parte dos países de industrialização retardatária foi muito importante para a indústria pesada inglesa como principal fornecedora e construtora das ferrovias.

Dobb (1976), entretanto, esclarece que a construção ferroviária na Inglaterra não representava toda a importância das ferrovias para o investimento e a indústria pesada na Inglaterra. De fato, depois de 1870, além das exportações de bens de capital, os investimentos industriais no exterior tiveram um muito importante tanto na forma de empréstimos a governos e a de investimentos diretos. O capital britânico de forma direta ou indireta se dirigiu à construção de ferrovias na Europa continental, Rússia, Índia, América do Norte e América Latina. Em 1860-1870, de acordo com Maurice Dobb, 52% dos

investimentos britânicos em bens de capital foram dirigidos para a Europa continental e os EUA. Com o domínio da tecnologia da produção pesada das locomotivas e vagões, os países retardatários ligados à indústria pesada também contribuíram para a difusão da “mania ferroviária” como carro chefe da segunda revolução industrial.

Há três razões convergentes para esse fato: a primeira é a crescente industrialização do resto do mundo, principalmente dos países de industrialização retardatária (EUA, Alemanha e França), que acabou criando um mercado em rápido crescimento para aquele tipo de bem de capital que só podia ser fabricado em grande escala pela Inglaterra. Entre 1840-1860, segundo Hobsbawm (1978), a taxa de crescimento das exportações britânicas aumentou tanto, inclusive muito mais do que no período do domínio da indústria têxtil (1845-1855). A segunda razão pouco tem a ver com o crescimento da demanda externa por bens de capital, mas sim a pressão crescente por acumulações de capital para investimentos lucrativos em construção de estradas de ferro. A terceira razão foi o notável aumento de exportação do capital britânico para o exterior, inclusive para financiar as importações dos bens produzidos pela economia inglesa. A transformação do mercado de capitais (ações e títulos emitidos) na era das ferrovias se constituiu num meio valioso para financiar os investimentos de construção de ferrovias das empresas do tipo sociedade anônima, isto é, uma companhia anônima que possui seu capital dividido em ações.

A indústria pesada inglesa passou a suprir o mundo com ferro e aço em abundância. A produção de aço foi revolucionada pela invenção do conversor Bessemer (em 1850) e pela invenção da fornalha tipo Siemens-Martin (1860) que aumentou a produtividade do trabalho desse setor da indústria pesada na Inglaterra. O aço passou a ser produzido em grande escala em substituição do ferro-gusa por ser este menos durável. Isso fez com que as estradas de ferro e os navios movidos a vapor recebessem os dois insumos básicos: o ferro e o aço.

No ciclo industrial ferroviário, a Grã-Bretanha entrou na era de plena industrialização com sua economia não mais se equilibrando precariamente em dois ou terceiros ligados a indústria têxtil, mas agora na indústria produtora de bens de capital com autonomia endógena suficiente para produzir e trocar bens de produção entre si internamente e para o mercado exterior e produzir bens de capital para o setor produtor de bens de consumo

interno e externo. A segunda revolução industrial permite assim a criação de um verdadeiro sistema capitalista mundial no século XIX.

Nesse ambiente, o sindicalismo se organiza e fica mais combatente em suas reivindicações por melhores salários e condição de vida e de trabalho. De acordo com Hobsbawm (1977), a luta de classe empreendida pelos trabalhadores resultou em algumas conquistas ao final da década de 1860, tais como: a) em 1867 a legislação fabril foi expandida para além dos setores têxteis; b) a redução da jornada de trabalho para dez horas; c) a proibição do trabalho de menores de idade; e, por fim, o aceite do sistema eleitoral que passou a depender dos votos dos trabalhadores representados no regime parlamentarista pelo partido da classe trabalhadora.

A partir de 1830 do século XIX, o capitalismo inglês, contando com um amplo e integrado aparelho industrial produtor de bens de consumo e de bens de produção de capitais com este último liderando o crescimento do ciclo industrial ferroviário que dura até o começo do século XX. O excesso de investimento na indústria pesada de ferrovias gestou a primeira grande crise capitalista que veio desembocar na Grande Depressão de 1873. Na verdade, até a Grande Depressão do século XIX, normalmente, as exportações inglesas cresciam mais do que a renda nacional.

Esse quadro muda depois da Grande Depressão do século XIX, já que as exportações dos produtos industriais britânicos e as importações de matérias-primas do resto do mundo definiram uma nova divisão internacional do trabalho. A era da Grande Depressão do século XIX coincidiu com o surgimento dos partidos proletários socialistas por toda a Europa sob a organização da Internacional Marxista. Outra consequência foi o surgimento de um poderoso grupo de países competidores industrializados e intensamente agressivos nas conquistas de mercados.

Cada vez mais, o empresariado recorria – de uma maneira ou de outra – ao Estado para pedir ajuda econômica, diplomática e militar para atuar no mercado mundial. Surgia deste modo uma política internacional de protecionismo e de conquistas de territórios. O sistema livre e multilateral de comércio internacional entrou em colapso em decorrência do livre fluxo de mercadorias entre os países foi inibido pelas barreiras alfandegárias e outras

medidas de natureza discriminatórias passaram a ser levantadas com frequência e intensidade crescente depois de 1880.

Com a industrialização pesada dos países retardatários, o monopólio da indústria inglesa começa a ser rompido, depois de 1870, e isso leva ao acirramento da concorrência das grandes potências. De fato, com a perda da exclusividade do monopólio da produção industrial, não somente a política de livre cambismo passou a ser substituída pela política protecionista. Com efeito, há um processo geral de formação de grandes empresas de sociedades por ações (sociedades anônimas) que logo assumem a forma dominante de organização empresarial oligopolista. Com a tecnologia da segunda Revolução Industrial são ampliadas mais ainda as escalas de produção das grandes empresas que se tornam uma nova arma para a concentração e centralização do capital com poder econômico suficiente para destruir as pequenas e médias empresas possuidoras de plantas industriais de menor escala de produção.

3. O CAPITALISMO CONCORRENCIAL

De acordo com Netto & Braz (2010, p. 171), na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressou em novo estágio evolutivo. Essa passagem a outro nível vincula-se diretamente a mudanças políticas. O capital, organizando a produção através da nascente grande indústria, dará curso ao processo que culminará na subsunção real do trabalho, ou seja, o trabalhador/operário passa a ser um mero apêndice das máquinas, onde a sua desqualificação se acentua e, igualmente, se aprofunda a divisão do trabalho.

A partir da oitava década do século XVIII, configura-se o estágio do capitalismo chamado de capitalismo concorrencial, liberal ou clássico. Netto & Braz (2010, p. 172) destacam que sobre a base da indústria moderna, que provocará um processo de urbanização sem precedentes, o capitalismo concorrencial criará o mercado mundial, já que os países mais avançados buscarão matérias brutas e primas nos rincões mais afastados do mundo e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala. Para Netto & Braz (2010, p. 172-173):

A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a “livre iniciativa” tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada. Embora as quebras e falências durante as crises

afetassem especialmente os pequenos e médios capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que seriam cada vez menores, já que à medida que se desenvolvia o capitalismo mais se fazia sentir os efeitos da concentração e da centralização.

Netto & Braz (2010, p.173) recordam que a violência dos primeiros protestos operários era a reação inevitável à brutalidade da exploração capitalista, já que inexistiam quaisquer garantias para os trabalhadores, indefesos diante da rapacidade da burguesia, ou seja, da capacidade de apoderar-se sem legitimidade, porém com extremo oportunismo.

Para Marx (1982, p. 131), desde 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e o patrão, que, a qualquer custo, procura depreciar a especialidade do operário. Na verdade, os trabalhadores estavam à mercê do patronato, uma vez que o Estado estava nas mãos dos capitalistas. O Estado se fundava numa participação social extremamente restrita: o direito do voto. Cabe ressaltar que a democracia política não foi produto de seus representantes políticos, mas uma conquista do movimento operário.

Para Sweezy (1986) não existia dúvidas que Marx e Engels acreditavam que o capitalismo teria chegado a um ponto de mudança. Nesta forma de ver, apesar de tudo, o fim do capitalismo concorrencial marcava não o início de uma nova fase do capitalismo, mas antes o início da transição para um novo modo de produção que iria suplantar o capitalismo. Só mais tarde, como lembra Sweezy (1986) - quando se tornou claro que o capitalismo estava longe ainda de dar o seu último suspiro - é que os seguidores de Marx, reconhecendo que se tinha chegado a um novo estágio, começaram a analisar as suas principais características e o que isso poderia dar a entender sobre quais seriam as leis do movimento do capitalismo.

4. O CAPITALISMO MONOPOLISTA

No capitalismo monopolista, importantes desenvolvimentos estavam se realizando, principalmente, pelo estímulo demandado pelas indústrias siderúrgicas, de materiais elétricos, da química pesada, da indústria mecânica de construção de máquinas e equipamentos e, também, da indústria naval e ferroviária. Ao lado da tecnologia do ferro-gusa, do carvão e da máquina a vapor da primeira revolução industrial, vai sendo definido um novo padrão tecnológico a partir do aço, da eletricidade, do petróleo e do motor de combustão, que representa um aumento considerável na produtividade do trabalho do setor da indústria pesada na Inglaterra.

Para Carvalho (2000, p. 22), sempre que uma parte da mais-valia obtida e realizada não se destina ao consumo pessoal do capitalista e é investida na aquisição de meios de produção e força de trabalho adicionais, ou seja, investida como capital adicional (mais meios de produção e força de trabalho) num circuito contínuo, tem – se a acumulação de capital e a reprodução em escala ampliada. Neste particular, Marx (1975, L.1, Vol. 2, p. 726) é bem claro:

Todo capital individual é uma concentração mais ou menos dos meios de produção com o comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalista. O crescimento do capital social, realiza-se através do crescimento de muitos capitais individuais. Não se alterando as demais condições, os capitais individuais e com eles a concentração dos meios de produção aumentam enquanto o capital social acresce. Ao mesmo tempo frações dos capitais originais destes se destacam e funcionam como novos capitais independentes.

O desenvolvimento do capitalismo, sobretudo quando é acompanhado de inovações tecnológicas, produz e reproduz a criação de uma população excedente. O progresso da acumulação de capital, portanto, produz uma superpopulação relativa, ou seja, uma população excedente às necessidades de emprego do capital. Marx (1985) denominou de superpopulação relativa à camada populacional que compreende um exército industrial de reserva formada pelos desempregados, mas com potencial e condições sociais mínimas, em termos de saúde, educação e habilidades, para voltar a se empregar.

Segundo Netto & Braz (2010, p. 177), no plano da economia, dois processos faziam-se notáveis: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos. Diante da grande crise de 1873, como lembram os autores, a tendência do capital à acumulação, concentração e a centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios. Na concentração do capital são geradas novas unidades produtivas; na centralização são compradas novas unidades produtivas. O aparecimento, em menos de 30 anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou a dinâmica econômica.

Netto & Braz (2010, p. 178) destacam que entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX, o grande capital – a conhecido como capital monopolista – firmemente estabelecido na produção industrial constitui a coluna vertebral da economia capitalista,

articulando formas específicas de controle das atividades econômicas, tais como: *pool*, o cartel, o truste.

Para Marx (1985, p. 293) e José & Cambi (2012, p. 3), o processo de concentração e centralização do capital, que resulta no monopólio, produz resultados contraditórios. Se por um lado revela o vigor da acumulação de capital que desembocará em empresas gigantes capazes de controlar preços, por outro significa o relaxamento da competição que induz o investimento que está na base daquela mesma acumulação. Ademais, para Marx (1985, p. 295):

O que temos agora é a concentração dos capitais pequenos já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Já a centralização do capital, para Marx, é “acumular nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte”, e pode ser atingida pela “via compulsória de anexação”, que devido à poderosa força de atração consegue incorporar capitais menores; e também pela “fusão de capitais já formados ou em formação”, constituindo sociedades anônimas, num processo mais “suave”.

Autores como Baran & Sweezy (1974) e José & Cambi (2012, p. 3), alertam sobre essa situação afirmando que se fosse operado sem controles, os efeitos depressivos do monopólio teriam levado a economia estadunidense a um período de estagnação antes do fim do século XIX e acabado com as chances de sobrevivência do capitalismo na segunda metade do século XX. No entanto, graças a estímulos externos poderosos, tais efeitos depressivos foram apagados e a economia estadunidense experimentou um rápido crescimento econômico nas últimas décadas do século XIX. José & Cambi (2012, p. 3) afirmam que:

Esses estímulos externos foram às invenções e as guerras. As invenções – como a máquina a vapor, o trem e o automóvel, têm grande capacidade de modificar a estrutura econômica, pois absorvem vultosos capitais e criam vastos mercados para investimentos. Historicamente, o efeito multiplicador e a absorção de excedentes derivados dessas invenções tiveram grande impacto econômico, servindo para contrabalançar os efeitos depressivos do monopólio. (...) O outro elemento que também foi capaz de alterar o quadro econômico estadunidense foram às guerras. Elas geram impactos importantes na economia em duas fases: na do combate e a na do pós-guerra. Na primeira, a procura militar cresce muito e os recursos são orientados para setores ligados a elas. Em contrapartida, a demanda civil é reduzida pelo aumento de preços e racionamento.

José & Cambi (2012, p. 6) estabelecem, contudo, uma diferenciação sobre o conceito de capitalismo monopolista e capitalismo monopolista de Estado da seguinte forma:

Dos conceitos de capitalismo monopolista, podemos diferenciar o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. O primeiro se insere no âmbito das grandes empresas que estão em constante processo de concentração e centralização de capital, e seus mecanismos de expansão; já o segundo, refere-se à colaboração do Estado nesse processo, pois este teve fundamental papel no processo de acumulação das grandes empresas, em políticas deliberadas para conquistas de novos territórios seja para consumo ou fornecimento de matérias-primas e força de trabalho barata.

Sweezy (1974) ressalta que os lucros crescentes dos monopólios geram grandes condições de expansão, porém essa mesma expansão pode levar o mercado à ruína por esgotamento do investimento. Surge com isso, uma contradição entre a capacidade crescente de expansão e o esgotamento das possibilidades de investimento. Para continuar seu processo de expansão, a empresa deve transcender sua história, ou seja, conquistar novos mercados através de novos produtos e/ou novas áreas, surgindo daí os conglomerados e as multinacionais. Empresas que diversificam suas ofertas acabam formando os conglomerados, enquanto aquelas que buscam novas áreas de expansão correspondem às multinacionais.

José & Cambi (2012, p.9) lembram, ainda, que no capitalismo monopolista a principal arma de defesa contra o ataque de grandes empresas concorrentes, e também uma forma de obter maior margem de lucro, é a capacidade de reduzir os custos:

Sob o capitalismo monopolista, a guerra de preços poderia levar a margens de lucro insustentáveis e a dificuldades de se cobrir o próprio preço de custo. Assim, diferentes empresas começaram a se afastar da competição de preços e a formar grupos de influência setoriais, com o propósito de estipular preços que estabelecessem lucros máximos de modo a favorecer todo o grupo. Porém, como observam Baran e Sweezy (1974), uma organização pode adotar uma guerra de preços quando possui maior poder de mercado, ou seja, possui mais capital e influência que outra a qual pretende atingir, o que poderá levar à incorporação ou exclusão da empresa menor pela empresa maior, e tornar o mercado ainda mais concentrado.

Diante do exposto, fica nítida a importância dos processos capitalistas de acumulação, de concentração e de centralização, que constituem o que Marx chamou de leis do movimento do capital. A acumulação de capital decorre do processo de transformação de mais-valia em lucro parte do qual volta a ser aplicado na compra de mais meios de produção (capital constante) e mais mão-de-obra (capital variável). A relação existente entre o capital constante (capital fixo mais capital circulante) em termos de valor, guardada ela correspondência com a mesma relação em termos físicos (composição técnica), Marx chama de composição orgânica do capital, e é importante para o processo de acumulação de capital tanto quanto a taxa de mais-valia.

Todos os métodos de produção capitalista destinados a elevar a produtividade do trabalho são também métodos de aumentar a produção de mais-valia que, por sua vez, é o fator constitutivo da acumulação de capital. A ampliação e transformação contínua de mais-valia em mais capital é à base da produção de capital em escala ampliada. Cada acumulação se torna meio de nova acumulação ampliada, de forma que, ao ampliar-se a massa de

riqueza que funciona como capital, a acumulação concentrada nas mãos de alguns gera outro fenômeno: a concentração do capital. Carvalho (2000, p.22) afirma que:

A concentração do capital é um processo primário que resulta da acumulação sucessiva e crescente de meios de produção nas mãos dos capitalistas individuais. A concentração do capital, nas mãos de muitos capitais individuais, exprime também a polarização da riqueza social concentrada nas mãos da classe capitalista como um produto da capitalização da mais-valia extraída da classe trabalhadora.

Marx (1975, L.1, Vol.2, p.726) vai além ao lembrar dois aspectos que caracterizam essa espécie de concentração de capital que depende diretamente da acumulação de capital e com esta se identifica: primeiro, a crescente concentração dos meios de produção por parte de vários capitalistas individuais, não se alterando as demais condições, é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social; segundo, a parcela do capital social localizada em cada ramo da produção industrial distribui-se entre os capitais individuais que se confrontam como rivais como produtores de mercadorias independentes uns dos outros.

Carvalho (2000, p. 23) observa, ainda, que o processo de centralização de capital se diferencia dos processos de concentração e acumulação porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais já existentes e que estão funcionando. De fato, a centralização de capital é um processo secundário de concentração, já que pressupõe este último, que resulta da reunião de diversos capitais individuais num único. Logo, a centralização de capital significa o crescimento de determinados capitais isolados, por diversos métodos de aglutinação, sem que seja alterado o volume do capital social global, pois se trata apenas de uma redistribuição dos capitais já existentes.

A centralização de capital exprime as relações de enfrentamento dos capitalistas individuais entre si na medida em que o capital que se acumula nas mãos de um só capitalista resulta da ruína de uns pelos outros. Percebe-se, deste modo, que a centralização do capital não está limitado pelo aumento absoluto da concentração da riqueza social ou mesmo pelos limites da acumulação.

5. O IMPERIALISMO E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Entre 1910-1920 alguns economistas desenvolveram estudos que demonstravam que o sistema capitalista estava passando por grandes transformações estruturais. O inglês J.A Hobson, que escreveu “O Imperialismo”, e o alemão R. Hilferding, que escreveu “O Capitalismo Financeiro”, mostravam a crescente importância que o capital monopolista

(cartéis, trustes e fusões) tinha adquirido. Lênin (1979) utilizou essas duas obras quando escreveu “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”. A principal característica observada por Lênin foi à substituição do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista.

Nesse contexto histórico do imperialismo as muitas pequenas empresas são levadas a falência, por meio da concorrência, por um pequeno número de grandes empresas controladoras de uma fração crescente do capital que passa a comandar a maioria dos trabalhadores do exército industrial ativo e a possuir o controle da maior parcela da produção industrial. De fato, nas duas décadas do século XX, esses gigantes monopolistas industriais extravasaram o seu domínio de mercado para além das fronteiras nacionais, com o processo de internacionalização do capital, de forma a tornarem-se grandes empresas transnacionais. O processo de internacionalização do capital tem início com a criação de empresas filiais das grandes empresas matrizes de nacionalidades norte-americanas, alemães, inglesas e francesas nos países hospedeiros (sub)desenvolvidos

Daí então tem início o domínio do capital monopolista – firmemente estabelecido na produção industrial de bens de consumo e bens de produção – articulando formas específicas de centralização do capital. O padrão de empresa agora não é mais a pequena sociedade individual ou limitada por cotas, mas a grande empresa industrial de sociedade anônima que possui o controle de uma significativa escala de produção industrial ou mesmo a produção de várias indústrias com o poder de controlar seus preços, o volume de sua produção e de investimentos.

A emergência das grandes empresas monopolistas industriais ocorreu quase simultaneamente com o crescimento das grandes empresas bancárias. Reunindo grandes somas de capitais monetários inativos dos capitalistas e a soma de dinheiro da poupança de um grande número de pessoas, os bancos passaram a controlar um volume muito grande de dinheiro, que foi utilizado para empréstimos junto às grandes empresas industriais que disputavam abocanhar uma parcela cada vez maior do mercado e, por isso, recorriam ao crédito bancário para viabilizar seus investimentos industriais. Neste contexto, o sistema de crédito bancário foi o principal veículo facilitador do crescimento das grandes empresas monopolistas através do processo de centralização do capital.

A concessão de empréstimos bancários as grandes empresas industriais permitia que os bancos conhecessem a estrutura patrimonial e dos fluxos de rendas (lucros correntes) das empresas capitalistas tomadoras de crédito bancário. Com isso, os grandes bancos desfrutavam de uma posição privilegiada para condicionar seus empréstimos a uma participação nos lucros dos melhores negócios das empresas industriais ou mesmo adquirindo o controle da gestão de empresas industriais mediante a compra de suas ações ordinárias. Assim, a mudança do papel dos bancos de simples intermediários para sócios de empresas industriais, acelerou os processos de acumulação, concentração e centralização do capital em diversos ramos das atividades industrial e bancária.

Os grandes bancos compram ações das grandes empresas industriais e assim se tornam coproprietários; e as empresas industriais compram também ações dos bancos com os quais negociam empréstimos ou compras de ações de outras empresas. Com isso, produz-se a fusão do capital monopolista bancário com o capital monopolista industrial que deu origem ao que Hilferding chamou de capital financeiro.

A interpretação clássica, desenvolvida por Lênin em sua obra “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”, em 1916, define o imperialismo como sendo a fase do capitalismo monopolista com os seguintes cinco traços principais: 1) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial criando o capital financeiro e com ele uma oligarquia financeira; 3) no capitalismo monopolista é a exportação de capitais ganha relevância; 4) formação de uniões internacionais monopolistas dos capitalistas que partilham o mundo entre si; e 5) termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Autores como Netto & Braz (2010, p. 180) procuram dar destaque para a formação de uma oligarquia financeira (grandes banqueiros e industriais) que passa a controlar não só a vida econômica do país de origem, mas também dos países hospedeiros onde estão as suas empresas filiais. Os mesmos autores enfatizam os seguintes dados para retratar essa situação:

Em 1954, nos Estados Unidos, 17 empresas controlavam 94% da produção de aço, apenas um monopólio (*Standard Oil*) controlava a indústria do petróleo e, em 1958, três grupos (*General Motors, Ford e Chrysler*) detinham 93% da produção de veículos; na Inglaterra, à mesma época, um grupo (*Imperial Chemical Industries*) controlava 9% de toda a produção química básica; na França, também na década de 50, 4 grupos monopolistas controlavam

96% da produção de veículos, 1 grupo toda a produção de alumínio e o outro 80% da produção de colorantes químicos.

Quando as empresas transnacionais passam a controlar a atividade econômica, elas também passam a exercer grande influência política em escala nacional e internacional. De fato, ao longo do século XX são inúmeros os exemplos de concentração do capital (na economia) nos países hospedeiros subdesenvolvidos e a atitude antidemocrática (na política) de apoio aos golpes militares e a implantação de ditaduras, como ocorreu nos países da América Latina, Ásia e África.

Netto & Braz (2010, p. 181-182) lembram que na fase do imperialismo, o padrão do comércio internacional de exportação de mercadorias não perde importância. Contudo, a exportação de capitais que, anteriormente, não era tão expressiva, ganha uma enorme relevância no plano da economia mundial. A exportação de capitais assume duas formas básicas: 1) capital bancário: quando os grandes bancos dos países desenvolvidos passaram a conceder crédito, principalmente aos países subdesenvolvidos, em troca do pagamento de juros e amortização, a governos ou empresas privadas de outros países; 2) capital industrial: quando grandes empresas industriais dos países desenvolvidos passaram a investir na criação de empresas industriais, como suas filiais, em outros países. Nos dois casos, como reforçam os autores, a principal motivação das empresas transnacionais é o lucro máximo – seja via o pagamento de juros, seja via a repatriação dos lucros de suas filiais as suas matrizes localizadas nos países desenvolvidos.

A expansão em escala mundial das empresas transnacionais, na fase do imperialismo, acabou dividindo a economia mundial em dois tipos: países centrais desenvolvidos e países periféricos dependentes subdesenvolvidos. Com o imperialismo, a contradição principal tornar-se aquela que opõe o capital dos monopólios às massas trabalhadoras superexploradas da periferia; o centro de gravidade da luta de classes tende a se deslocar dos países centrais para os países periféricos.

Na fase do imperialismo, o nacionalismo e o militarismo deixaram de servir ao propósito de realizar a unificação nacional e a liberdade, em termos burgueses, para se transformarem em armas na luta mundial contra os países rivais. De fato, o acirramento da concorrência internacional entre os grandes capitais monopolistas intensificou a rivalidade

pelo domínio do mercado mundial e, como consequência, a partilha territorial das partes “não-ocupadas” do mundo em bases capitalistas entre as grandes potências imperialistas.

O intenso antagonismo internacional entre países imperialistas são fundados no antagonismo das classes capitalistas nacionais dos países rivais. No século XX, esse antagonismo e a rivalidade pela disputa dos territórios dos países subdesenvolvidos ricos em recursos naturais estratégicos (sobretudo petróleo, ferro, alumínio) à indústria pesada (particularmente as indústrias petroquímicas, siderúrgicas e metalúrgicas) dos países desenvolvidos acabaram contribuindo para o desfecho das duas grandes guerras mundiais.

A grande produção de artefatos bélicos no século XX, crescentemente dependente da aplicação da ciência e da tecnologia para armas e bombas atômicas com poder altamente destrutivo de pessoas e construções, concentra-se nos grupos monopolistas ou mesmo nas mãos dos Estados beligerantes. O conhecimento tecnológico adquirido na indústria bélica é, às vezes, transferido para a indústria civil (e, vice-versa), como acontece nos EUA, o que acaba multiplicando os lucros auferidos pelas grandes empresas.

De qualquer maneira, o desenvolvimento da indústria bélica constitui um “mercado externo”, no sentido de Rosa Luxemburg, ao introduzir duas novas variáveis importantes para a dinâmica da acumulação de capital: a primeira variável diz respeito o papel que a indústria bélica passa a cumprir como fator atenuador da queda do consumo das massas como diz a teoria do subconsumo uma das várias causas das crises; a segunda diz respeito que a indústria bélica oferece uma solução alternativa a crise de superacumulação de capital ao absorver capitais (que de outra maneira seriam dirigidos para o mercado financeiro) para produzir bens de destruição de massas humanas.

A primeira fase do imperialismo, interrompida com a II Guerra Mundial, passou várias crises com destaque à eclosão da crise de 1929 (que originou a grande depressão dos anos 1930) que obrigou a adoção de políticas econômicas keynesianas através da intervenção do Estado na economia. As políticas econômicas keynesianas permitiram que os EUA liderassem o *boom* de crescimento dos países da economia mundial que ficou conhecido como “Anos Dourados” do capitalismo (1945-1969).

No começo dos anos de 1970, há uma alta dos preços do petróleo e seus derivados que acabou redundando numa grande crise de inflação na maioria dos países capitalistas. O

imperialismo, gestado nas últimas três décadas do século XIX e começo das décadas do século XX, promoveu profundas transformações estruturais no restante do século XX e continua ainda tendo um papel dominador e expropriador no atual contexto da globalização em pleno século XXI.

6. CAPITAL FINANCEIRO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

O entendimento da financeirização do capital requer que se discuta, inicialmente, o significado de capital financeiro ou mais precisamente de *capital fictício*, como uma das formas específicas do capital financeiro discutido por Marx no Livro 3, Volume 4, de O Capital. O ciclo de acumulação geral do capital industrial, D-M-P-M'-D', significa que o capital dinheiro inicial (D) é usado pelo capitalista industrial para comprar mercadorias potencialmente produtivas (M) – isto é, meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável) – que quando combinados formam capital produtivo efetivo que produzem novas mercadorias acrescidas de mais-valia (M') que quando realizadas (vendidas) no mercado de bens se transformam em dinheiro original acrescido de lucro monetário (D'). Nesta forma descrita fica clara a origem do *plus-valor*.

É importante ressaltar que no âmbito da concorrência entre os *capitais plurais*, cada capital individual procura aumentar seu lucro por meio da produção de diferentes mercadorias e emissão de ativos. Isto implica que não apenas a capitalização industrial dos lucros obtidos permite a acumulação e concentração do capital, como também o avanço no controle acionário de um capital particular sobre os demais, isto é, a centralização do capital. Os grandes capitais centralizados na forma de *sociedades anônimas*, enquanto capitais oligopolistas potencializam os seus domínios nos diversos mercados em termos de mercadorias, ativos e dinheiro.

Esses capitais oligopolistas colocam-se diante dos diferentes mercados como um centro de comando financeiro (uma *holding*) a partir do qual são estabelecidas as estratégias produtivas, tecnológicas, monetárias e financeiras. A forma do capital dinheiro (D), quando aplicado no mercado financeiro na busca de juros, pode gerar lucro monetário

D' (= D + $\Delta D \Delta D$) tal que pode ser assim representada, D-D'. Por este modelo desaparece,

como observa Marx, o último vestígio de conexão com o progresso efetivo de valorização do capital, e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo.

Nesse aspecto, Marx trata de duas formas de capital que podem ser enquadradas nessa fórmula geral do capital dinheiro produtor de juros (D-D'): o *capital bancário* e o *capital fictício*. Para ele, os *juros* são uma parte do *lucro* do capitalista industrial que é apropriado pelo capital financeiro (capital de crédito e capital fictício). O crédito que o banqueiro fornece ao capitalista industrial pode ter diversas formas: por exemplo, letras e cheques contra outro banco; ou aberturas de crédito em outro banco; e, por fim, cheques do próprio banco que concedeu o crédito. Contudo, é a forma de *capital fictício* que interessa mais de perto como principal forma do *capital financeiro* no capitalismo contemporâneo. O que existe, na verdade, é apenas o direito a participação no lucro do capital industrial na forma de juros.

Constituir *capital fictício* é capitalizar capital dinheiro envolvendo emissão e venda de títulos de dívidas com a obrigação (compromissos) de pagamentos futuros de juros, cujo valor é determinado pela capitalização do rendimento previsto sem a contrapartida direta em capital produtivo. Marx identificou três modalidades de capital fictício: fundos próprios (ações) cotados em bolsa, os títulos de dívidas públicas e os títulos de dívidas privadas. Capitalizar significa receber toda receita periódica considerando-se, com base da taxa média de juro, o rendimento monetário que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa. Por exemplo, para uma receita anual de US\$ 100,00 dólares de uma obrigação (título) de uma taxa de juro de 5%, os US\$ 100,00 dólares (= 5% x US\$ 2000,00) seriam o valor do juro anual dos US\$ 2000,00 dólares considerados como o valor-capital do título de propriedade. Para quem comprou um título com esse, a receita anual de US\$ 100,00 representa na realidade o juro do capital que colocou a 5%.

O capital não é só um instrumento do capital industrial (na forma de máquinas, equipamentos, instalações, infraestrutura). O capital não é somente mercadorias, mas também representa ativos financeiros que rendem juros e dinheiro. O capital tem a propriedade de colocar-se sob múltiplas formas com a finalidade de valorizar-se. Segundo Braga (2000), em seu livro “Temporalidade da Riqueza”, o processo de autonomização do

capital financeiro (D-D') pode gerar uma valorização fictícia no sentido de não ser ela regulada pelos parâmetros da valorização industrial (taxas de retornos operacionais).

Nas últimas décadas do século XX, a capital fictício-especulativo vem conseguindo libertar-se dos fortes *controles institucionais* sobre a forma de leis e regulamentos estabelecidos pelos *Estados* capitalistas, tendo em vista a política monetária global utilizada como antídoto as crises do sistema capitalista mundial. Roberto Guttman, em seu artigo, *As mutações do Capital Financeiro*, confirma a atual dominação do *capital fictício* na economia mundial contemporânea.

Os centros de comando do capital financeiro constituem núcleos estratégicos das *corporações capitalistas*, que se caracterizam como a forma genérica que assumem os capitais centralizados, nas quais estão subjacentes a acumulação e concentração de capital. Trata-se de corporações capitalistas modernas através das quais diversas *instituições financeiras capitalistas* (bancos, fundos de pensão, fundos mútuos de investimento, agências de seguros) assumem o *comando financeiro* para fins de decisões estratégicas de investimentos em escala mundial ou global. De acordo Braga (2000), a origem dessas *corporações oligopolistas* pode ser comercial, industrial ou bancária, embora a *centralização diversificada* do capital acabe resultando em grandes *corporações globais* que atuam em distintos mercados industriais e financeiros de âmbito nacional ou internacional. Esta é a nova forma de internacionalização do capital em escala mundial a que se refere François Chesnais em seu famoso livro “*A Mundialização do Capital*”.

As três modalidades de internacionalização do capital – o intercâmbio comercial intra-empresas e inter-empresas no comércio internacional, os investimentos diretos no exterior e os fluxos de capitais monetários e financeiros especulativos – correspondem às três formas do movimento cíclico do capital definidas por Karl Marx: o capital mercantil, o capital industrial e o capital financeiro. Os veículos que movem o capital financeiro global são as grandes empresas oligopolistas transnacionais. De acordo com François Chesnais, a grande empresa transnacional de “novo estilo” possui um *core organization* (núcleo de tomada de decisão formado pelo presidente e diretores executivos de diversas empresas que formam grupo econômico-financeiro) da empresa *holding* do grupo econômico-financeiro

que tem o comando das decisões financeiras estratégicas em termos de investimentos globais lucrativos.

A *internacionalização do capital* no mundo contemporâneo, segundo Chesnais (1996, p. 32-36) apresenta as seguintes características: o volume do fluxo do investimento externo direto (IED) suplantou o fluxo do comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização do capital; o IED por um elevado grau de concentração nos países avançados; aumento do comércio intra-empresas, forte presença do capital financeiro representado pelos fundos de pensão, fundos mútuos de investimentos e seguradoras; maior grau de interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades; Investimento internacional cruzado e as fusões e aquisições transfronteiras; e o aumento da concorrência para conquistas de mercados por meio de *inovações tecnológicas e de gestão* institucional com uma nova arma da concorrência capitalista; e, por fim, o intenso processo da *globalização financeira* como resultado da financeirização do capital em escala global.

6.1. Globalização Financeira e a Crise do Subprime nos EUA

A *globalização financeira*, nos dias atuais, é vista como um novo e complexo processo de internacionalização do capital financeiro através da conexão entre bancos centrais, bancos comerciais, bancos de investimentos e novas instituições financeiras (fundos de pensão, fundos de investimentos e seguradoras) em todos os países capitalistas. Desta forma, o processo *financeirização do capital* implica no domínio do capital financeiro em escala global para fins mais *especulativos* do que produtivos.

A financeirização do capitalismo contemporâneo produz, por meio das operações financeiras na esfera da circulação, uma hipertrofia especulativa em termos de valores financeiros desproporcionais quando comparados aos valores resultantes da produção industrial. A maioria das operações financeiras internacionais, nos dias de hoje, vem se dando sob as mais variadas formas de transações de ações, debêntures, notas comerciais, moedas de câmbio e títulos financeiros. O aumento do volume dessas transações financeiras transfronteiras tem sua origem nas transferências financeiras e da intensa reciclagem dos petrodólares e dos narcodólares dos mercados *off-shore*. O movimento das

transações financeiras entre os países ricos do G-7 – EUA, Alemanha, Inglaterra, Japão, França, Itália e Canadá – aumentou de 10% (1980) para mais de 100% (1990).

Neste período, de acordo com François Chesnais, as operações financeiras internacionais foram liberadas de controles institucionais. O *desmonte* do marco regulatório nos EUA ficou conhecido como a política neoliberal dos três D's – desregulamentação, desintermediação e desdepartamentalização – porque resultou da pressão dos poderosos banqueiros sobre o Congresso dos EUA para anular a lei *Glass-Steagal* que disciplinava o mercado financeiro norte-americano desde 1933. No seu lugar, o *Basel Capital Adequacy Accord* (1988) e a lei *Gramm-Leach-Bliley* (1999) não só liberaram os bancos comerciais para atuarem em todas as atividades financeiras por intermédio de suas filiais, originando os *bancos universais*, como permitiram que as seguradoras e as empresas de *securities* pudessem adquirir instituições financeiras de depósito e poupança. Ao lado dessas mudanças institucionais os bancos comerciais e as outras instituições financeiras passaram a utilizar as chamadas *inovações financeiras* como instrumentos da concorrência no mercado financeiro.

Depois do desmonte institucional, o sistema financeiro norte-americano produziu uma forma de operações financeiras, conhecida como *originate and distribute*, em que os bancos, além da margem de lucro (*spread*), buscavam maximizar os *honorários* dos executivos que obtinham polpudas *rendas comissionadas* com as vendas dos títulos das *emissões originais* transacionados no mercado primário – com o registro maquiado das *negociatas* nos balancetes das empresas filiais – e subscrevendo a distribuição das *securities* (títulos) colaterizadas aos *ativos* de emissão originais (ações e hipotecas) no mercado secundário.

A crise é o ponto culminante da expansão e o momento da reversão da expansão capitalista para uma recessão ou mesmo uma depressão. Marx sempre esteve consciente de que o movimento contraditório da sociedade capitalista se manifesta nas modificações do ciclo periódico (fases) a que está sujeita o capitalismo industrial. A *crise atual deste século XXI* diferente das *crises cambiais* dos anos de 1990, resultantes de ataques especulativos sobre a moeda dos países endividados, sobretudo os da América Latina, começa em 2008 nos EUA. Trata-se de uma *crise de crédito de alto risco* (ou *crise supprime*), que começou

no setor de compra e venda de títulos hipotecários de imóveis residenciais, acabou se transformando numa *crise financeira de grande proporção* de toda economia norte-americana.

Ocorre que, devido os laços da economia dos EUA com o resto do mundo, a escalada da crise financeira ganhou uma dimensão mundial contaminando todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim sendo, convive-se agora com uma *crise financeira global* plenamente estabelecida como uma profunda recessão que ainda hoje perdura na maioria dos países capitalista, sobretudo os EUA e países da União Europeia.

CONCLUSÃO

A acumulação e a concentração de capital estão distribuídas em vários ramos de atividades e, além disso, a dinâmica da concentração de capitais pode ser estorvada pela formação de novos e pela fragmentação dos velhos capitais existentes. Por isso, a acumulação de capital aparece, de um lado, através da crescente concentração dos meios de produção e do comando sob o trabalho; e, do outro, por meio da repulsa recíproca de muitos capitais individuais.

A concentração de capitais individuais existentes (que implique na perda de suas autonomias individuais) resultante da expropriação (ou anexação) de muitos capitais pequenos em poucos grandes capitais (ou pela fusão entre grandes capitais já existentes que origine as empresas do tipo sociedade anônima) se distingue do processo de concentração de capital. Já o processo de *centralização do capital* é caracterizado pela repartição dos capitais já existentes e que estão funcionando, portanto, a centralização do capital não está limitada pelo aumento absoluto da concentração da riqueza social ou mesmo pelos limites da acumulação, logo esse tipo de fenômeno não deve ser confundido com a acumulação e a concentração.

A chamada “crise subprime” dos títulos hipotecários do setor imobiliário dos EUA é uma crise financeira detonada pela excessiva especulação sobre ativos de alto risco que foram financiados por empréstimos bancários. Os empréstimos de alto risco (que incluem empréstimos hipotecários à compra de casas residenciais e aluguéis e compras de carros por meio de cartões de crédito) são concedidos, muitas vezes, a tomadores (clientes) sem comprovação de renda e sem histórico de reputação de “bom pagador”. As taxas de juros

são pós-fixadas, isto é, são determinadas no momento do pagamento das dívidas. Por esta razão, com a alta da taxa de juros, nos EUA, muitos mutuários ficaram inadimplentes, isto é, sem condições de pagar as suas dívidas junto aos bancos comerciais que, por sua vez, entraram em estado de falência.

Diante do grave cenário, outra solução não restou senão promover a “desalavancagem” da economia e da produção. Em face do clima de incerteza e de desconfiança generalizado, a concessão de crédito foi fortemente contraída, uma vez que o elemento subjetivo não pode ser desprezado em nenhuma crise, tenha ela ou não feição econômica. Por precaução, projetos de investimentos foram postergados ou simplesmente cortados. Dispensas preventivas de empregados se tornaram estratégicas para o empresariado, sob a desculpa de “evitar” mal maior, equivalente ao fechamento da empresa e ao desemprego dos outros trabalhadores; a produção foi reduzida; o consumo sofreu retração; o mercado encolheu. Noutras palavras, foi puxado o freio de mão da engrenagem da economia, da produção e, conseqüentemente, do mundo do trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que Marx não toma a Lei Geral da Acumulação Capitalista como uma lei econômica e histórica eterna. De fato, Marx sabia que, como todas as leis econômicas, isto é, princípios econômicos gerais, ela poderia ser modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias históricas. Contudo, de certo modo, a Lei Geral da Acumulação Capitalista ainda é válida para o atual contexto da economia global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, P. & SWEEZY, P.. (1974). **Capitalismo Monopolista**. RJ, Ed. Zahar, 2ª Edição
- BRAGA, José Carlos Souza. (2000). **Temporalidade da Riqueza**. Campinas/SP, UNICAMP. p. 269-293.
- CARVALHO, David Ferreira. (2000). **O Movimento do Capital em Geral e a Dinâmica dos Capitais Plurais na Concorrência**. Papers do NAEA, UFGA, Belém-PA, v.150, p. 1-42.
- CHESNAIS, François. (1996). **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã.
- CHESNAIS, François. (1998). **A Mundialização Financeira**. São Paulo, Xamã. p. 32-36.

- DOBB, Maurice (1976). **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar. p.312-390.
- GUTTMANN, Robert. (1998). As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, Francois (org). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.
- HOBSBAWM, E. J. (1977). **A Era do Capital**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. P.49-100.
- HOBSBAWM, E. J. (1978). **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. RJ, Forense-Universitária.
- JOSÉ, Caio & Rennó, GAMBI, Thiago F.R. Gambi. (2012). **Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro**. IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, Cidade Universitária, p. 01-15. Acesso em: 28/05/2013. Disponível em: http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Caio_Renno.pdf
- LÊNIN, V. (1979). **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. SP, Global. p. 46-66.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1984). **A Acumulação do Capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, Karl (1985; 2006). **O Capital: Crítica da Economia Política**. L. I: O processo de produção do Capital. t. II. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1987). **Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848**. São Paulo, SP: Editora Moraes.
- MELO, Alessandro de. (2009). **A redução ontológica do homem à máquina em Marx: subsídios ao debate contemporâneo**. BH, Educação em Revista, v. 25, n. 02, p. 155-174.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M.. (2010). **Economia política: uma introdução crítica**. 6ª edição. SP. Ed. Cortez.
- SWEEZY, Paul M. (1986). **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 2 ed. SP: Nova Cultural. Cap. XIV.